O ANTES E O DEPOIS DA FORMAÇÃO DAS CIDADES

Lucas de Oliveira Pantoja

Estudante do curso de Geografia, DEGEO/UFAM. lucasmao7@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo sobre como se formaram as cidades, desde antes de sua formação até os acontecimentos posteriores a essa formação, de fato é bem explicativo no que diz respeito à composição real da cidade, procurando em períodos históricos importantes como foi o surgimento e quais eram as características que elas tinham, ou deveriam ter para serem consideradas como tais, claro que o conceito urbano está também empregado, pois a partir dele começa o relacionamento entre as cidades. Iremos desde antes das cidades até o Feudalismo, passando pelos impérios da babilônia e o romano, e de como a organização social, política e econômica desses impérios ajudou no desenvolvimento das cidades até o retrocesso, no qual o Feudalismo é considerado.

Palavras-chave: Impérios; Cidades; Urbano.

Introdução

Sabemos que a urbanização é um processo em que a cidade é uma forma desse processo, estes marcam bastante a civilização contemporânea, onde é difícil imaginar que houve um período histórico em que não existiam as cidades.

Para entendermos a cidade hoje e aprender quais processos configuram a dificuldade de sua organização e explicam a urbanização desse século, devemos voltar ao início para sabermos como se deu a sua trajetória, mesmo que de forma abreviada.

Para compreendermos a Cidade hoje, com já citado, deve-se conhecer as cidades de antigamente, como foram construídas, o que porque de algumas serem destruídas, e enfim, as transformações sociais ocorridas através do tempo para que ela pudesse se estabelecer, por que de certo para o surgimento da cidade devem-se haver circunstâncias para esta no qual veremos ao decorrer desse trabalho.

ANTES DA FORMAÇÃO DAS CIDADES

Voltemos um pouco na história, no período paleolítico, naquele período o homem se relacionava muito com as cavernas, lá era onde ele dispensava seus mortos, ou seja, os mortos já possuíam uma moradia, além disso, era lá que o homem se “acasalava”, era para lá que ele ia quando estava com fome e lá ele guardava seus instrumentos de caça, ou seja, aquele espaço delimitado era onde este vivia, onde ele praticava sua vida, ou seja, embora não tivesse uma moradia concreta, ele já se relacionava com o lugar. Se no período paleolítico já começam as primeiras probabilidades para se constituir uma cidade, é no mesolítico é onde se encontra a primeira condição necessária para o surgimento desta, pela domesticação de animais, suprimento de alimentos, e a prática de reprodução de vegetais consumíveis por meio das mudas. Isso não teria acontecido sem a domesticação do próprio homem, que passou a ter que ocupar determinado espaço (área) e acompanhar o ciclo natural de desenvolvimentos dos animais e produtos agrícolas. Avançando um pouco mais na história, o período neolítico foi configurado pela vida nas aldeias, que demonstravam condições melhores de sobrevivência se comparadas à vida anterior àquela, pois a agricultura já era mais funcional excluindo assim as atividades predatórias e logo a não fixação em um lugar.

Apesar dessas características, ainda não é possível o surgimento da cidade nesse contexto, pois mesmo com a fixação do homem ao espaço através do desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais, ainda faltava uma organização social mais bem complexa.

PARA EXISTIR A CIDADE

Até aqui sabemos que ainda não são os aglomerados humanos (em aldeias) que surgiram pelas práticas de agricultura, que podem ser chamados de cidade, ou que se configuram como tal, pois a agricultura requer grandes áreas para plantação, ou seja, seria hoje como áreas rurais. Porém naquela época não existiam esse termos, então como diferenciar o urbano do rural? Como delimitá-los? Introduzida na origem da cidade existe também outra diferenciação, a social, só é possível uma organização social

complexa através da divisão do trabalho, isto ocorreu em primeiro lugar, no desenvolver da seleção de sementes e no cultivo agrícola que com o decorrer do tempo permitiu que o agricultor produzisse mais do que o necessário para sua subsistência, logo gerando um excedente alimentar, isso deu chance a alguns homens livrarem-se das atividades primárias passando a se dedicar a outras atividades. Portanto o excedente alimentar foi a razão para a divisão social do trabalho (mas não foi a única), que abre possibilidade para o surgimento das cidades. Paul Singer (1977) é quem destaca isso, e impõe uma segunda condição para o surgimento da cidade: “É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse”. Voltemos novamente na época das aldeias. As aldeias não possuíam nenhum tipo de divisão do trabalho, todas se concentravam nas atividades primárias. Como a aglomeração nas aldeias não aconteceu em todos os lugares havia os aldeões e os não aldeões, dentro dos aldeões uma figura passou a se destacar pela sua condição de proteger a aldeia de possíveis ataques de não aldeões, animais ferozes ou nômades. Ele era denominado o caçador e teve como função a proteção da aldeia. Ele passou a ser importante para a aldeia, pois ao mesmo tempo que ele caçava, também era o protetor da aldeia, essa evolução natural de caçador, tornando-se chefe político, provavelmente abriu caminho para sua posterior subida ao poder. Assim podemos dizer que o elemento superado da economia anterior, que tinha sido o caçador, tornou-se importante figura na comunidade agrícola, passando a um patamar maior no que diz respeito à sua tarefa, a de governar os aldeões. A relação de dominação criada entre aldeões e caçador-chefe criou possibilidade para exploração, os tributos tão presentes no mundo urbano passou a existir provavelmente pelo caçador, em suas oferendas ao rei. A transferência do excedente da produção agrícola para o rei eram essas oferendas e tributos, o que revelou a referida participação dos homens na produção, distribuição e apropriação da riqueza. Logo se origina as classes, que se configurou como a última condição necessária para o surgimento da cidade.

É notório que a existência do “caçador-chefe político-rei” é o início do processo de construção de uma sociedade de classes. Historicamente, essa sociedade se constroeu quando os artesãos e outros trabalhadores (agricultores) se concentram no mesmo território. Segundo Maria Hiposito (2000) há controvérsias sobre o início dessa estrutura de classes, ela poderia ter surgido na diferenciação interna da comunidade (que se construíra urbana) ou na dominação do urbano sobre o não urbano. Ou seja, é possível que a realeza, a partir da transferência do excedente agrícola (aquilo a mais da produção, ou seja, o valor além daquilo que o aldeão necessita para sobreviver), tenha sido estabelecida tanto pela proteção que rei (caçador-chefe) dava a aldeia, transformando-se em cidade, como também pela dominação deste rei sobre outras aldeias ou agricultores (trabalhadores agrícolas) interessados também na proteção do rei (Hiposito 2000). Isso é importante se destacar por que, mesmo que muitas cidades tenham surgido em volta do mercado, não é certo dizer que estas foram cidades comerciais. A origem delas era nada além de políticas e religiosas. Munford (1965) destaca: “O que eu sugeriria é que o mais importante agente na efetivação da mudança de uma descentralizada economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada foi o rei, ou melhor, a instituição da Realeza. A industrialização e comercialização, que agora associamos ao crescimento urbano, foram, durante séculos, fenômenos subordinados, cujo surgimento se deu provavelmente ainda mais tarde: a própria palavra mercador não aparece nos documentos escritos da Mesopotâmia, até o segundo milênio quando designa o agente de um templo com o privilégio de comerciar no exterior. (...) Na implosão urbana, o rei se coloca no centro: é ele o ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização. Algumas vezes, o rei fundava novas cidades; algumas vezes, transformava antigas cidades do campo que tinham estado em construção por muito tempo, colocando-as sob a autoridade de seus governadores: em ambos os casos, seu domínio representava uma mudança decisiva em sua forma e conteúdo”. O que se destaca nesse breve trecho de sua obra “A Cidade na história” é que de modo diferentes que poderíamos supor numa primeira análise, que diz que a cidade se desenvolveu em volta do mercado, é que essa origem não está baseada pelo fator econômico, e sim pelo social e político. Ou seja, a cidade não é um local de produção, mas sim de dominação. Nessa abordagem já nos obriga a aumentar o âmbito de análise, saindo da discussão da origem do urbano e passando para as primeiras cidades, enquanto forma definida, um

espelho das relações sociais iniciadas num tempo histórico, que conhecemos como Antiguidade.

AS CIDADES ANTIGAMENTE

Não se sabe realmente de quando se data a origem das primeiras cidades. Alguns autores concordam que teria sido provavelmente por volta de 3.500 a.C., seu aparecimento, na Mesopotâmia, entre os rios Nilo e Eufrates, tendo surgido posteriormente no vale do rio Nilo (3.100 a.C.), no vale do rio Indo, na região da Índia, por volta de 2.500 a.C. e no rio Amarelo, na China, (1.550 a.C.).

Até agora, vimos que a origem do urbano se dá por motivos sociais e políticos, e não exatamente econômicos. Levando em condição os aspectos geográficos, nota-se que essas cidades surgiram em regiões em que o clima é semiárido, logo a necessidade de serem próximas aos rios, repartir a água, repartir os escassos pastos, e proceder ao aproveitamento de planícies inundáveis, ricas de húmus e propícias ao desenvolvimento da agricultura (Hipósit 2000). Apenas para constar como é interessante, por que cidades às margens de rios foram comuns também durante o processo de urbanização da Amazônia, hoje todas as capitais e a maiorias das Amazonas são as margens de rios. Mas voltando ao assunto, essas cidades antigas foram tiveram suas localizações determinadas por questões naturais, pois naquele período histórico era difícil de constituírem cidades em locais, como por exemplo, em grandes altitudes, ou seja, mesmo partindo do ponto social e político, se levarmos a condição necessária para constituição da cidade, a geográfica prevalece mais por essas questões óbvias.

O que essas mais antigas cidades tinham em comum, além de estarem próximas a rios, eram suas organizações dominantes, o líder era rei e chefe espiritual, e um traço na sua estrutura interna no espaço: a elite sempre ficava no centro. Isso facilitava a comunicação, que permite a dominação sobre outras classes sociais, como também para elas ficarem menos expostas aos ataques externos.

A importância das cidades da Mesopotâmia foi aumentada a partir de 2.500 a.C. quando essas cidades começaram a formar estados independentes (Hipósit 2000). Ur

teria atingindo aproximadamente cinquenta mil habitantes e a Babilônia cerca de oitenta mil. É importante também falarmos um pouco das civilizações na América, visto que lá surgiram cidades em 500 a.C. as quais atingiram seu apogeu já no primeiro milênio d.C. Cidade chegaram a ter 100 mil habitantes (Tenochtitlán, atual Cidade do México). Portanto alguns autores não consideram aglomeração urbana por estas sociedades não terem escrita, elemento, segundo eles, fundamental para existir a cidade (no qual discordo totalmente).

Bem, já ressaltai que o papel político-religioso representado por estas cidades era enorme. Os governantes tinham papel importantíssimo, pois controlavam o excedente produzido no campo, uma vez que eram eles também que recebiam o rendimento obtido na produção das terras comuns. Eles além de administrarem as riquezas, também controlavam as provisões alimentares para toda a população. Cabia a elite dominante a organização da fabricação e a importação dos utensílios de pedra ou metal para as guerras além de estarem informados sobre quantas pessoas vivem naquela comunidade. Interessante que bastantes tarefas eram dadas a poucas pessoas, logo se vê a diferença entre a elite e população no geral, se é que ainda podemos citar aldeões.

As cidades logo tinham em suas estruturas as marcas de uma organização política, social e econômica.

Eram construídos canais para distribuir a água para terras semiáridas e para permitir os transportes de mercadorias para áreas mais distantes. As cidades possuíam muros que delimitavam o espaço urbano da cidade e que protegiam a cidade de ataques inimigos. Babilônia era um exemplo de cidade assim, muito citada na Bíblia, a cidade era bem planejada, ruas, muros, calçados, todos foram projetados. A área da cidade era dividida em propriedades individuais, diferentes do campo onde o trabalhador (ou agricultor) possuía várias terras. A parte mais interna era de posse dos reis e sacerdotes, ou seja, do poder político e religioso, e eram lá que estavam os templos dos deuses, que eram construções monumentais, geralmente se baseando em formas de pirâmides e cercadas de Jardins, como os Jardins Suspensos da Babilônia, uma das maravilhas do mundo antigo. Em todos os templos existia um santuário, uma torre-observatório, armazéns além de lojas onde viviam e trabalhavam diversas categorias de especialistas, como padeiros, fiandeiras, tecelãs e etc. Todos estes trabalhadores especializados eram auxiliados por escravos. As partes mais abertas eram abertas para todos. Lá haviam

muitas cãs, que tentavam reproduzir de maneira menor a forma dos templos com pátios internos e muralhas, como se fosse a arquitetura. Essas moradias era feitas de argila o que explica, com o tempo, terem desmoronado e voltarem novamente para o terreno, fato este que contribui para pesquisas arqueológicas atualmente.

Na medida em que essas cidades cresciam e se tornavam capitais de impérios, a partir do domínio do chefe político de uma cidade sobre a outra e, portanto, sobre uma região, aumentavam-se também os papéis, pois essas capitais se tornavam centros regionais por onde passavam muitas mercadorias. Nessas capitais, os templos se tornavam palácio, e a figura real dava áreas de cada vez ser mais definitiva. Toda vez que as cidades dominavam áreas maiores, tornavam-se donas dos excedentes do campo, o além da produção, fortalecendo a força política dos governantes, dando condições, a partir daí, para a configuração de Impérios.

IMPÉRIOS E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO DA EUROPA

Analisar a importância dos impérios antigos de certo é considerável para o estudo da urbanização, no qual posso citar 3 motivos: Primeiramente que foi através dos impérios que aumentaram o número de cidades, na medida em que nelas eram baseadas a supremacia militar sobre regiões que tinha conquistadas; Em segundo lugar, que foi através da ampliação que a urbanização se estendeu pela Europa, onde transformações sociais e política, além de econômicas, estenderam o fato urbano para outros territórios continentais e, em terceiro lugar, o aumento da divisão social do trabalho e complexa organização política necessárias para sustentação do império agenciou, de um lado a ampliação dos papéis no mundo urbano, e de outro, o aumento do relacionamento entre as cidades, criou redes. Irei destacar melhor essa terceira questão. A união política de um conjunto de cidades-estados em um poder centralizado deu possibilidade e incentivou o relacionamento entre as mesmas. Ainda que antes dos Impérios, houvesse trocas de mercadorias entre sociedade politicamente independentes, é só no momento em que uma rede urbana está politicamente integrada, que o relacionamento entre as cidades que a compõem vai aumentar.

O Império Romano, é, certamente, o principal exemplo de expansão da urbanização na antiguidade, devido ser um poder unificado. O império estendeu-se pela Europa Ocidental, permitindo o desenvolvimento urbano em regiões habitadas por bárbaros. No noroeste europeu, ao norte dos Alpes, as primeiras cidades formadas no vale do rio Reno, como na Britânia e Gália (hoje França e Bélgica) são romanas.

A força política do império Romano permitiu então, não somente que a urbanização deixasse de ser um processo normal, uma vez que a fundação de muitas cidades em áreas recém-conquistadas foi para permitir a hegemonia que o poder romano exercia. como acabou favorecendo uma ampliação enorme da divisão interurbana do trabalho , pois os trabalhos exercidos e a produção das maiores cidade do império não apenas supriram a população (neste caso os habitantes da cidade) e a população rural, mas supriram também a população de outras áreas do império e os povos bárbaros além da fronteira, passando assim a incentivar o comércio urbano. Justando a isto o fato que a manutenção da força política central era através do recolhimento de tributos em todo o império, e para isso a rede de cidades serviu de suporte ao início e desenvolvimento de um esplendor burocrático-administrativo.

Roma possuía uma estrutura urbana bem mais complexa que a Babilônia, lá havia um grande número de construções, que sustentavam o poder centralizado, como Templos, Fóruns, além de construções para uso público, como templos, mercados e até mesmo Circos, e ainda construções para exaltar o poder político, como os mausoléus. Segundo o historiador Leonardo Benevolo, Roma em seu auge atingiu cerca de dois mil hectares, abrigando até o século III d.C. de setecentos mil até 1 milhão de habitantes. Os romanos viviam em casas individuais de dois andares, ou construções coletivas de vários andares, onde o térreo era destinado às lojas ou habitações de nobres, e os superiores para classes médias e inferiores.

As ruas de Roma não eram padronizadas, eram tortuosas, não havia coleta de lixo muito menos iluminação pública mesmo com o grande contingente populacional ali estabelecido. A rede de esgoto começou a ser implantada no século IV a.C., mas somente se recolhia as descargas dos edifícios públicos e de algumas casas individuais, o resto era descarregados em poços negros. A partir do século V d.C., após a queda do Império Romano, houve uma grande diminuição no processo de urbanização. Logo ocorreu uma desestruturação da rede urbana que havia sido estabelecida sob a

hegemonia do poder político centralizado, muitas cidades perderam sua importância e seu tamanho, e muitas desapareceram.

Esse processo não se deu de forma igual em todos os territórios de dominação romana, mas de fato houve um declínio bem acentuado da urbanização, e isso logo influencia nas transformações (como sempre tenho mencionado) econômicas, sociais e políticas que se ocorrem no território europeu, a partir da queda desse poder político centralizado e da invasão árabe.

Como pudemos observar, durante a antiguidade foram grandes os avanços alcançados em relação à complexidade da organização social e política e ao nível de urbanização. Tomando esses pontos como referência, vamos observar que durante a idade média houve o processo de retrocesso.

AS CIDADES DA IDADE MÉDIA

O período da idade média se estende do século V até o XV d.C., apesar por ser marcado por uma nova organização política, econômica e social, o modo de produção feudal viveu momentos diferentes, como em outros períodos da história e outros modos de produção. Isso quer dizer que mesmo que alguns períodos decorrem efetivamente um longo tempo na história, há no seio de todo modo de produção um processo de desenvolvimento, decorrente, de certo, de transformações políticos, sociais e econômicas, em todos.

O início desse período medieval é na queda do império Romano no ano de 476, e se configura na quebra do poder romano sobre a bacia do mediterrâneo, que abrangia grande parte da Europa, norte da África e Oriente Médio. No leste do império Romano, onde se chamava Império Romano do Oriente, a maioria das grandes cidades continuou a ter várias serventias e conseguiram sobreviver. Bizâncio e Alexandria são bons exemplos da força do império Bizantino. Já na porção ocidental do império, a urbanização retrocedeu mais em cidades que eram menores, de poucos papéis, pois eram estreitamente associadas à manutenção do poder político central. Grande parte dessas cidades foi construída para mostrar a hegemonia do império romano,

demonstrando sua soberania ao ter conquistado tal território. Na parte ocidental mediterrânea do continente, os gregos haviam iniciado a urbanização, e ela foi reforçada após a vitória dos romanos em cima dos gregos da Itália e com o sistema econômico e administrativo que fixou a expansão romana na antiguidade.

A principal consequência da queda do império Romano foi, sem sombra de dúvidas, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não houve mais poder político central, as relações interurbanas se estagnaram muito rapidamente e em certos locais desapareceram, pois não houve mais leis que protegiam o comércio em todo o império, principalmente no mercado artesanal, inclusive mercadorias de luxo, a produção de alimentos não podia mais ser transportada a distâncias maiores e foram suspensos os recursos da manutenção de estradas e portos, que foram construídos para dar sustentação ao poder imperial Romano. Essa desagregação da rede urbana na Europa, diminuição de muitas cidades e desaparecimento de várias outras, que se começou no século V, aumentou no século XII, quando a expansão Islâmica interrompeu o comércio dos cristãos sobre o mar mediterrâneo. Henri Pirenne, em sua obra *História Econômica Social da Idade Média* acusa o controle dos árabes sobre o mediterrâneo como fator definitivo para a regressão total das atividades econômicas das cidades que ainda tinham mantido sua importância mesmo após a queda do Império Romano. Esse bloqueio no mar mediterrâneo foi o determinante para o fim das atividades comerciais e, logo, dos mercados, provocando a queda do papel econômico das cidades europeias, e evidenciando de vez o caráter agrícola a Europa Ocidental, permitindo a definição do modo de produção feudal.

O FEUDALISMO E O URBANO

O que mais se destaca no modo de produção feudal é que sua base econômica é única exclusivamente agrícola. Na relação econômica, esse modo de produção se sustentava em dois pilares: a mudança de caráter latifundiária e a instituição da servidão. Os latifúndios se voltam para antiguidade, existiam grande proprietários na Gália, assim como na Germânia, antes da chegada do Cristianismo. O que realmente houve foi à mudança nos objetivos de exploração dos latifúndios, pois privados no

mercado, não tiveram mais autorização de demanda de produção, o qual havia durante o poder romano, e que aconteceu entre os séculos V e VII, enquanto o comércio mediterrâneo contínuo com o vigor comercial urbano. No desaparecimento dos mercados e logo assim da população municipal, não houve mais compradores, e segundo Henri Pirenne “o latifúndio se dedicou a essa espécie de economia que se designa, com pouca exatidão, como em estado de economia latifundiária fechada o que é unicamente, a bem dizer, uma economia sem mercados externos”.

Logo, a terra passou a ser a única forma de sobrevivência e de condição de riqueza. Antes na cidade, a produção artesanal voltou a fazer parte do campo, entre os limites do feudo, dando garantias que toda organização social deste novo modo de produção esteja sobre a posse da terra. Desta maneira, essa nova economia quase totalmente agrícola e sobre o território, tem sua produção feita baseada na instituição social de servidão, conseguindo esse êxito pela condição de não proprietários, ou seja servos, de grande parte da população camponesa. Esses pilares logo não precisam de uma soberania política do chefe de estado. Por isso, no que se diz respeito a força política, o modo de produção feudal foi caracterizado pela passagem do poder político para os detentores de terras, senhores feudais, a despeito da permanência da figura do rei ou do príncipe (Hiposito 2000). Foram os servos de cada senhor feudal que se estabeleceu o exército e, eventualmente, gente para a manutenção de estradas. A igreja sustentou o modo de produção, ao defender os ideais de pobreza e de terra como benção de Deus para se trabalhar. Essa estrutura criou e reproduziu as condições necessárias para uma economia quase toda agrícola, e em contrapartida esvaziou totalmente o urbano de seu papel econômico e político, reduzindo as cidades europeias a funções sem expressão alguma. Na idade média, segundo Pirenne, havia dois tipos de aglomerados: as cidades episcopais e os burgos. As primeiras tinham papel praticamente nulo, pois o mercado que elas abrangiam era apenas local, não era considerado um comércio expressivo. Sobreviviam às custas de tributos. Os burgos, pontos bem fortificados, eram feitos por ordens dos senhores ou dos príncipes feudais, com o claro objetivo de servir de refúgio a eles e também aos seus servos. Também lá havia armazenamento de animais e alimentos, em caso de qualquer perigo, abrigavam também uma igreja.

Podem-se questionar esses dois tipos de aglomerados, pois não se constituíam um local de moradia permanente, a não ser dos religiosos, e levando consideração

aspectos econômicos, tinham perdido o comércio e a produção artesanal. E principalmente, perderam o papel político tão importante durante a antiguidade.

Conclusão

É importante de fato o estudo da origem das cidades e como elas se desenvolveram, no decorrer do trabalho observamos que para um maior desenvolvimento da cidade deveria haver uma organização complexa, alguém que administrasse a cidade para que esta pudesse crescer, e logo formar impérios através das relações sociais, econômicas e políticas. A especialização do trabalho e logo a divisão social e territorial do trabalho, que se deu numa estrutura de classes complexas; o aumento da capacidade de produção e de distribuição de alimentos e logo a ampliação das áreas de domínio; A escrita como instrumento de manutenção da força política (poder); A organização interna do espaço urbano que refletiu a estrutura social e política das cidades do império; todos esses pontos marcaram a organização social e a urbanização durante a Antiguidade.

Referências

MUFORD, Lewis – A cidade na História, Itatiaia, Belo Horizonte, 1965.

SINGER, Paul – Economia Política da Urbanização, Brasiliense e CEBRAP, São Paulo, 1977.

BENEVOLO, Leonardo – História da Cidade, Perspectiva, São Paulo, (sem data).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão – Capitalismo e Urbanização, Contexto, São Paulo, 2000.